



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FRANCISCO EMANUEL VIANA SILVEIRA

BANCO PALMAS: UMA ESTRATÉGIA ECONÔMICA E SOCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE DO CONJUNTO PALMEIRA

FORTALEZA – CE

2013

FRANCISCO EMANUEL VIANA SILVEIRA

BANCO PALMAS: UMA ESTRATÉGIA ECONÔMICA E SOCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE DO CONJUNTO PALMEIRA

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária,
Contabilidade e Secretariado Executivo,
como requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral

FORTALEZA - CE

2013

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará, pela disponibilização das fontes de conhecimento para a elaboração deste trabalho.

Ao Banco Palmas, pela disponibilização de boa parte do material para a elaboração da pesquisa.

Ao Professor Dr. Fabio Maia Sobral pelas contribuições e orientações durante a elaboração do trabalho.

Aos Professores componentes da banca examinadora André Vasconcelos Ferreira e André Lima.

Ao Professor Dr. Aécio Alves de Oliveira pelas conversas e dicas pelos corredores da FEAAC.

Aos colegas da Graduação Robson Fernandes, Ariston Silva, Romualdo Ferreira Junior, Tainã Alcântara, Rayssa Costa, Milca Carolina Moreira, Sabrina Alves Frota, Rosana Marques Lobo, Marcos Gomes Magalhães, Thiago Andrade Ferreira e Cleudson Silva que sempre me ajudaram de alguma forma para me tornar melhor.

Ao meu amigo Rafael Silfarney que sempre acreditou em mim mesmo quando queria desistir.

Ao meu grande amigo Raul Caetano Linhares que me deu força e apoio nos momentos mais difíceis.

Aos meus irmãos Raimundo Farias Viana Neto e Francisca Emanuele Viana Silveira pela contribuição em momentos importantes.

Aos meus pais José Ribamar Alves Silveira e Raimunda Viana Silveira pelo amor e dedicação sempre que preciso.

À minha estimada namorada, Renata Maria Pereira da Silva, pelo amor, carinho, atenção, palavras de conforto, revisões e dicas durante a elaboração deste trabalho. Momentos que seriam muito difíceis, no entanto, superei-os devido suas sábias palavras de conforto e harmonia.

RESUMO

As dificuldades de implantar um modelo de empreendimento econômico sustentável, que viabilize o desenvolvimento local ainda é um grande desafio. No entanto, diversos empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão tem se mostrado como fontes alternativas para a fuga da exploração exercida pelo sistema vigente. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um desses empreendimentos, expondo as causas que levam ao desenvolvimento econômico e social, baseando-se na Economia Solidária, será tratado o caso do Banco Palmas, localizado no Conjunto Palmeira, bairro da periferia de Fortaleza – CE. A Economia Solidária apresenta-se não só como uma estratégia de sobrevivência criada e efetivada pelos que se encontram excluídos pela economia capitalista, mas também como uma possibilidade de construção de um novo modo de viver e organizar o trabalho, pautado por princípios como autogestão, cooperativa e solidariedade. É nessa metodologia que em 1998 a ASMOCONP cria o Banco Palmas com objetivo inicial de garantir microcréditos para produção e o consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Os resultados apontam os importantes efeitos dessa estratégia, para além dos resultados financeiros e bancários, contribuindo para o fortalecimento da comunidade por meio de diversas ações para promover o desenvolvimento local na busca de relações mais justas e igualitárias.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Conjunto Palmeira, economia solidária, Banco Palmas.

ABSTRACT

The difficulties of implementing a sustainable economic development model, which facilitates local development is still a big challenge. However, many popular projects based on free association, cooperative work and self-management has been shown to alternative sources for the Exploration Trail exerted by the current system. This paper aims to present one of these ventures, setting forth the causes that lead to economic and social development, based on the Solidarity Economy, will be treated the case of Bank Palmas, located in Set Palmeira, slum neighborhood in Fortaleza - CE. The Solidarity Economy presents itself not only as a survival strategy created and executed by that are excluded by the capitalist economy, but also as an opportunity to build a new way of living and organizing work, guided by principles such as self-management, cooperative and solidarity. It is this methodology that in 1998 the Bank Palmas ASMOCNP creates with initial goal of microcredit to ensure production and local consumption, at very low rates, no requirement for registration queries, proof of income or guarantor. The results indicate the important effects of this strategy, in addition to the banking and financial results, contributing to strengthening the community through various actions to promote local development in the search for more just and egalitarian relationships.

Keywords: Development, Set Palmeira, solidarity economy, Bank Palmas.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCRED	Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito
ASMOCONP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CSU	Centro Social Urbano
DRT	Delegacias Regionais do Trabalho
FASE	Delegacias Regionais do Trabalho
FSSF	Fundação do Serviço Social de Fortaleza
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
MST	Movimento dos Sem-Terra
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UAGOCONP	União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeira

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Palmas, moeda social circulante no Conjunto Palmeira.....	27
Figura 2: Moedas Sociais de Bancos Comunitários Cearenses.....	28
Figura 3: Incubadora Feminina do Banco Palmas.....	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Parceiros Governamentais do Banco Palmas.....	46
Quadro 2 : Parceiros Não Governamentais do Banco Palmas.....	49

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	13
2.1. O Surgimento da Economia Solidária	13
2.2. Conceito e Características da Economia Solidária	14
2.3. Princípios da Economia Solidária	17
2.3.1. Autogestão.....	17
2.3.2. Cooperativa	18
2.3.3. Solidariedade	19
2.4. Economia Solidária no Brasil.....	20
2.5. Desenvolvimento Sustentável	22
3. CONJUNTO PALMEIRA	24
3.1. Histórico do Bairro	24
3.2. Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP)	26
4. BANCO PALMAS	28
4.1. Do início aos dias atuais	28
4.2. Microcrédito	29
4.3. Moeda Social.....	30
4.4. Incubadora Feminina	34
4.5. PalmaTech.....	36
4.6. Capital Social	36
4.7 . Instituto Palmas	38
4.8. Projeto ELAS	38
5. O BANCO PALMAS COMO ESTRATEGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONJUNTO PALMEIRA	40
5.1. Desafios do Banco Palmas	40
5.2. Economia Popular no Conjunto Palmeira	41
5.3. Parceiros do Banco Palmas	44
5.3.1. Governamentais	45

5.3.2. Não Governamentais.....	48
5.4. Estratégias adotadas pelo Banco Palmas	51
5.5. Resultados alcançados pelo Banco Palmas	53
6. CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

A identificação de um modelo de empreendimento econômico sustentável, que viabiliza o desenvolvimento local em áreas onde a preservação dos recursos naturais é um componente forte de restrição à aplicação de modelos tradicionais de desenvolvimento ainda é um grande desafio.

Constata-se que há uma grande dissolução das fronteiras políticas e econômicas, construindo-se mecanismos favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo globalizado, descomprometido com os direitos dos trabalhadores conquistados e regulamentados em leis, desconsiderando-se as fronteiras ambientais e territoriais lançando, pois, desafios à questão democrática, particularmente no caso brasileiro, país profundamente marcado por uma cultura política autoritária e excludente (LIMA, 2013).

É difícil antever as soluções considerando que cada Estado Nação possui suas contradições, especificidades e lutam por se tornarem também protagonistas da história mundial. Contraditoriamente, as possibilidades de solução existem face aos desafios e terminam por aparecer no nível local, onde são construídas formas alternativas, associativas e cooperativas no enfrentamento dos problemas, sobretudo partindo da iniciativa das classes trabalhadoras. É o caso dos empreendimentos denominados de Economia Solidária, como o que será apresentado neste trabalho.

Como exemplo desses empreendimentos, será denotada uma iniciativa originada no Conjunto Palmeira, um bairro popular situado na periferia de Fortaleza – CE – Brasil. Trata-se de uma prática pioneira de socioeconomia Solidária. No início da década de 1990, a localidade de 32 mil habitantes não passava de uma região paupérrima, com a população vivendo em barracos, sem saneamento, escolas e eletricidade. Hoje, os moradores produzem no local quase tudo o que consomem. Os níveis de criminalidade caíram, a renda e a conscientização ambiental aumentaram (SOUSA, 2013).

O objetivo deste trabalho é expor as causas que levam ao desenvolvimento econômico e social por meio de um modo de produção diferenciada, baseada na Economia Solidária, será mostrado neste trabalho um caso específico, o do Banco Palmas.

A presente pesquisa foi dividida em quatro seções. Na primeira seção será apresentada a Economia Solidária, seus conceitos, suas características e suas proposições para o desenvolvimento sustentável. Na segunda seção será retratado o local de estudo, Conjunto Palmeira, onde se apresentará as lutas pelas melhorias sociais do Bairro. Na terceira seção

tratará do Banco Palmas, onde se mostrará os seus projetos, produtos e serviços oferecidos, como o Microcrédito, a Moeda Social, o PalmaTech e a criação do Projeto Elas. A última seção apresentar-se-á os resultados obtidos através das estratégias do Banco Palmas como forma de melhorar a vida dos moradores do bairro em questão.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1. O Surgimento da Economia Solidária

A busca por alternativas, perante os efeitos excludentes do capitalismo, a partir de teorias e experiências baseadas na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, não é uma tarefa nova. O pensamento e a prática cooperativista moderno são tão antigos quanto o capitalismo industrial. De fato, as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como reação a pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo (SANTOS, 2002).

O movimento cooperativista tem como marco inicial o ano de 1844, no qual se fundou a *Rochdale Society of Equitable Pionner*, considerada a mãe das cooperativas. O empreendimento surgiu em Rochdale, na Inglaterra, o qual consistia em uma cooperativa de consumo de operários da indústria têxtil que se expandiu consideravelmente ao longo dos anos. Inicialmente, o projeto dos pioneiros de Rochdale era a constituição de uma aldeia comunista na qual as atividades estariam voltadas para a subsistência e o excedente seria comercializado. No entanto, tal projeto perdeu força, mas, enquanto cooperativa, se expandiu rapidamente com a abertura de um moinho, em 1850, e de uma tecelagem e fiação em 1854, passando a se caracterizar também como cooperativa de produção (LIMA, 2004; SINGER, 2002).

Singer (2002), como explicitado anteriormente, argumenta que a cooperativa, especificamente a de produção, seria o empreendimento ideal da Economia Solidária.

Lima (2004) caracteriza como cooperativas de produção aquelas que reúnem trabalhadores com o objetivo de produzir bens ou serviços. No Brasil, é a partir dos anos 1980 que este tipo de cooperativa destacou-se, em grande parte devido ao cenário de crises econômicas e da disseminação das ideias neoliberais que culminaram no fechamento de empresas e em um quadro de desemprego estrutural.

As cooperativas diferenciam-se das empresas capitalistas justamente em função dos seus princípios e valores. Estes possuem diferentes fundamentos, sendo eles o humanismo, a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a racionalidade. Teoricamente, os cooperados são movidos por valores éticos como honestidade, responsabilidade social e interesse no bem

coletivo (BENATO, 2013). Os princípios do cooperativismo definidos na gênese do movimento em 1844, embora atualmente pareçam simples, representaram uma realização importante para a identidade e o delineamento do movimento como um todo (SINGER, 2002).

Ainda conforme Singer (2002) o cooperativismo deu forma a experiências de economias solidárias, em que sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizadas na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal.

A Economia Solidária se caracteriza por ser um novo modelo de produção, cujos princípios básicos são baseados na propriedade coletiva ou associados do capital e o direito a liberdade individual, caracterizando-se assim, uma oposição aos princípios clássico do modo de produção capitalista. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002).

O século XX foi protagonista temporal do surgimento em escala crescente de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, e hoje é um fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países. Essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Vários estudos a este respeito em diferentes contextos nacionais verificaram que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência.

2.2. Conceito e Características da Economia Solidária

Partindo de sua definição mais pragmática, a Economia Solidária pode ser entendida como um conjunto de iniciativas socioeconômicas de natureza associativa ou cooperativa, dentro de um dado contexto territorial, envolvendo certo número de habitantes que se empenham em resolver problemas públicos concretos da sua vida cotidiana. Na sua base, se encontra a noção de solidariedade. (FRANÇA FILHO; SANTANA JUNIOR, 2013). Porém,

classificá-la é uma tarefa difícil, em virtude da profusão de formulações e experiências que se autodenominam de Economia Solidária. No campo teórico, os principais centros de discussão sobre o tema se encontram na França e no Canadá (Quebec). As concepções são distintas e se encontram em construção. Tanto num país como noutro, a Economia Solidária teria as suas bases num projeto político assentado em práticas de ajuda mútua e autogestão, características das experiências associativas do século XIX.

Economia Solidária pode ser definida como um conjunto de atividades econômicas gerenciadas democraticamente como resposta aos problemas sociais, onde os interesses humanos prevalecem sobre os interesses materiais e econômicos (LAVILLE, 2005). E ainda pode ser entendida como uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão.

Portanto, as formas Solidárias de produção se apresentam como uma alternativa a essa sociedade dominada pelos princípios do mercado. A consciência por parte dos indivíduos das armadilhas criadas pela economia capitalista poderia culminar no surgimento de empreendimentos solidários originais, ou seja, aqueles que funcionam de acordo com a proposta da Economia Solidária. Tal proposta passa certamente pela ideia de que a existência humana não se resume à atuação enquanto agente organizacional, mas compreende aspectos muito mais profundos e substantivos dos indivíduos. Porém, o caminho para se alcançar sucesso neste tipo de empreendimento envolve a conscientização acerca desses fatores, tornando essa questão muito mais complexa do que simplesmente posicionar-se como espectador, ou seja, exige mudanças significantes dos indivíduos (Barreto e Paula, 2013).

A produção solidária contribui para o desenvolvimento regional com geração de emprego e renda, em que nos empreendimentos solidários as distribuições são feitas de forma igualitárias, pois os ganhos são divididos com todos os associados, os ganhos obtidos por meio dos trabalhos em empresas solidárias são chamados de *sobras*, elas têm algumas semelhanças com os lucros da empresa capitalista, mas as *sobras* visam maior inclusão social, promovendo mais bem-estar aos agentes sociais, sobretudo, aos trabalhadores.

Por meio da Economia Solidária os traços de inclusão social se fortalecem como resposta importante não só a trabalhadores como também das comunidades pobres em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho. Esta nova prática de produção privilegia o

trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e tomando as devidas responsabilidades com as gerações futuras (CHAVES e PINTO, 2007).

A Economia Solidária encontra-se em consonância com os princípios associados a outras práticas alternativas, tais como o comércio justo, serviços de proximidade, empresas de inserção, marketing social e responsabilidade empresarial e social. Entretanto, seu âmbito e multiplicidade levam a uma diversidade de novas práticas promotoras de novos valores e novas formas de funcionamento econômico diante do mercado, instituindo redes de intervenção coletiva e cooperação entre os vários setores da sociedade: público, privado e social. É importante destacar que a produção solidária configura-se como importante fator para o desenvolvimento econômico e social local, por conseguir criar uma nova forma de relacionamento entre economia e sociedade, atuando no mesmo cenário do modo de produção capitalista.

Conforme esclarece COELHO (2006) a Economia Solidária vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis.

As perspectivas da Economia Solidária pautam-se em política pública de geração de trabalho e renda de natureza emancipatória, centrando-se no resgate do seu próprio conceito de reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuem como valores comuns: a posse coletiva e gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito; a gestão da economia e das empresas, subordinada às necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores; e a aproximação entre os setores estatal e privado da economia, com a criação de fóruns locais que debatam o desenvolvimento econômico e social (NICOLADELI, *et. al.*, 2004, p. 12).

Mance (2002) diz que, essa alternativa econômica, baseada na solidariedade, pode superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos, afirmando a construção de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Organizadas em redes de colaboração solidária, elas têm o potencial de dar origem a uma nova civilização, multicultural, que deseja assegurar a

liberdade individual das pessoas em sua valiosa diferença. A integração solidária dessas redes coloca no horizonte de nossas possibilidades concretas a realização planetária de uma nova revolução, capaz de subverter a lógica capitalista de concentração de riquezas e de exclusão social e diversas formas de dominação nos campos da política, da economia e da cultura.

Dessa forma, a Economia Solidária apresenta-se não só como uma estratégia de sobrevivência criada e efetivada pelos que se encontram excluídos pela economia capitalista, mas também como uma possibilidade de construção de um novo modo de viver e organizar o trabalho, pautado por princípios como autogestão, cooperativa e solidariedade. Conforme observa Ramos (1989, p. 125), “as finalidades da vida humana são diversas e só umas poucas, dentre elas, pertencem, essencialmente, à esfera das organizações econômicas”.

2.3. Princípios da Economia Solidária

A Economia Solidária busca reverter à lógica do capitalismo em que a quantidade de pessoas que tem acesso à riqueza material é cada vez mais reduzida, enquanto aumenta de forma rápida a quantidade de pessoas que só conseguem compartilhar a pobreza e a falta de esperança, precisando de benefícios públicos para atender suas necessidades mais básicas (Singer, 2002).

Segundo Gaiger (2003) os empreendimentos econômicos solidários compreendem diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, solidariedade, eficiência e viabilidade da ação econômica. Os subtópicos a seguir, explicarão os principais princípios da Economia Solidária.

2.3.1. Autogestão

Talvez a principal diferença entre economia capitalista e Economia Solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do suficiente para cumprir suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras (SINGER, 2002).

Singer (2002) diz que de acordo com esse modo de administração à medida que os trabalhadores sobem na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as

tarefas se tornam cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte deles. Assim nos níveis mais altos, o conhecimento sobre a empresa deveria ser (em tese) total, já que cabe a seus ocupantes tomar decisões estratégicas sobre os seus rumos futuros, o que nem sempre ocorre.

A empresa solidária é administrada democraticamente, ou seja, prática a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (SINGER, 2002).

A autogestão, um dos mais importantes pilares do cooperativismo, é tratada em vários artigos do estatuto, principalmente no que diz respeito aos direitos dos cooperados. Porém, o que se pode observar é que o controle democrático existe de fato enquanto discurso questão esta que será abordada com maior profundidade posteriormente, na análise da participação. De modo geral, observou-se que a administração se concentra nas mãos do presidente e, que os diversos fatores que levam ao desinteresse dos cooperados em relação à gestão do empreendimento, fazem com que este se distancie cada vez mais do modelo autogestionário (Barreto e Paula, 2013).

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança a direção para que ela decida em lugar deles, isso gera uma certa fragilidade na administração.

A autogestão é fragilizada também pelo próprio mercado; que ao produzir mercadorias em qualidade e quantidade determinadas pelo mercado, de certa forma os trabalhadores perdem sua autonomia. Nesses casos, em que a decisão sobre a produção caberia aos trabalhadores, estes devem submeter-se ao mercado. Para alguns cooperados, “o cliente é o nosso patrão” (IASKIO, 2013).

2.3.2. Cooperativa

O conceito de cooperativa remete-se à lógica de uma associação de pessoas interessadas em benefícios comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto

é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

Há indícios de que as primeiras cooperativas surgiram aproximadamente em 1826 como resposta ao aumento da pobreza causada pela mudança de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das primeiras fábricas do capitalismo industrial. No entanto, foi apenas no ano de 1844 quando foram fundadas as cooperativas de Rochdale que este movimento começou a se consagrar diante das injustiças sociais em que viviam as classes mais miseráveis, tinham como principal objetivo combater a miséria causada pelos salários baixos e péssimas condições de trabalho nas fábricas através da busca coletiva por bens de consumo baratos e de boa qualidade para os trabalhadores.

As cooperativas seguem até hoje os princípios de Rochdale que são: 1. O vínculo aberto e voluntário, pois, as cooperativas estão sempre abertas a novos membros. 2. O controle democrático por parte dos membros. 3. As decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou a sua função na cooperativa. 4. A participação econômica dos membros; tanto como prioritários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre a distribuição de proventos. 5. A autonomia e a independência em relação ao Estado e a outras organizações. 6. O compromisso com a educação dos membros da cooperativa para lhes facultar uma participação efetiva. 7. A cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais. 8. A contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa (Santos, 2002).

2.3.3. Solidariedade

Solidariedade é o sentimento que consiste na identificação com as misérias alheias, é o conhecimento do sofrimento daqueles que são pobres. A demonstração ou a manifestação com o propósito de ajudar ou amparar o próximo.

A solidariedade é um dos elementos que embasa a construção de uma nova ética sustentada nos mesmos critérios que fundamentam o desenvolvimento sustentável (Sachs, 1993): equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica, sendo tais critérios indissociáveis quando se busca uma sociedade sustentável.

A Economia Solidária, com sua lógica de oposição aos modelos dominantes de organização das atividades econômicas que difundem o individualismo e o consumismo,

reinventa o mercado enfatizando a lógica da solidariedade entre os membros participantes, assim, o gesto solidário daqueles que lutam pela redução da desigualdade, no país, pode ser complementado pelo gesto de solidariedade originado da resistência à exploração do capital.

A solidariedade é um fato antes de ser um valor e designa uma dependência recíproca. Esta concepção faz da solidariedade uma realidade possível de constatar suas modalidades mecânica e orgânica. Outra concepção, normativa desta vez, faz da solidariedade um dever moral de assistência como já o preconizava o solidarismo no fim do século XIX. Como fato ou como dever, a solidariedade supõe um laço recíproco (e nisso se opõe à caridade, concebida como um dever unilateral).

A solidariedade nesse sentido indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não indica uma desigualdade intrínseca.

2.4. Economia Solidária no Brasil

A prática da Economia Solidária no Brasil surge por volta dos anos 1980, nessa década o país estava passando por uma crise de 1981/1983 em que muitas das indústrias foram à falência, é desta época a formação das cooperativas que assumem a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Criciúma (Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas (em Recife e em São José dos Campos) da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores.

O país estava passando pelo período da história conhecido como a década perdida, em que houve o fechamento de muitas empresas e a demissão de numerosos trabalhadores durante os anos 80 e 90. Pouco a pouco se desenvolve uma tecnologia para aproveitar as oportunidades, oferecidas pela legislação aos trabalhadores, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservar seus postos de trabalho. O sindicato, como representante legal dos trabalhadores, intervém perante a justiça e promove a formação de uma associação dos empregados da firma em vias de desaparecer que depois dá lugar eventualmente a uma cooperativa.

Na década de 80 diversas entidades passam a aplicar os conceitos e fundamentos da Economia Solidária para solucionar os problemas da crise instalada, entre estes temos a Cáritas Brasileiras, que foi criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No início ela foi incumbida de articular todas as obras sociais católicas e assumir a

distribuição dos “alimentos para a paz”. Nos anos 1980, os (as) agentes Cáritas começaram a respirar o ambiente da educação popular, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Organismos e Pastorais Sociais (CIMI, CPT, CPO) e foram renovando a sua metodologia de ação. A nova estratégia exigia um estudo da realidade para melhor compreendê-la.

Outras entidades foram importantes na formação da Economia Solidária no Brasil, atuando em frentes diversas, mas vinculadas às lutas pela redemocratização no Brasil, entre elas temos o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), o Movimento dos Sem-Terra (MST), além de outras organizações de microcrédito organizadas pela Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABCRED) (NUNES, 2009).

Os projetos precisavam ser coordenados, pois mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, dentre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se, por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas iniciativas eram fundamentais, por outro não eram suficientes. Havia necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar um espaço para o debate e produção de alternativas. Enfim, havia a necessidade de uma entidade que assumisse esses papéis. Era o começo da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) (Nakano, 2000: p. 68).

A ANTEAG surge 1991 devido à preocupação dos sindicatos, principalmente do Sindicato dos Químicos de São Paulo, com os trabalhadores que assumiam de forma autogestionária a direção de empresas falidas (SINGER, 2002).

Segundo Nunes (2009) nos anos 1990 várias instituições da sociedade civil passam a atuar juntas no campo da Economia Solidária, Juntas (IBASE, FASE, PACS entre outras) formaram a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), fundada em 2000, em Mendes, RJ, onde foi realizado o I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária.

Alguns empreendimentos se consolidaram como ícones da Economia Solidária no Brasil, pela sua envergadura, história ou particularidades - para destacar alguns deles - temos

o caso da Cooperativa Catende Harmonia, o Banco Palmas – objeto de estudo desse trabalho – e a Cooperativa Unidas Venceremos (Univens) (NUNES, 2009).

Para promover ações e constituição das atividades econômicas solidárias no Brasil é fundado em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) tendo essencial papel de articulação interna, no governo federal e com os demais entes federativos, quanto em termos de ação efetiva, ou seja, ações concretas que chegam aos empreendimentos, às assessorias e aos gestores (NUNES, 2009).

Ainda conforme Nunes (2009) o funcionamento da SENAES, desde sua criação, tem sua importante participação na constituição e institucionalização dos empreendimentos solidários, em que tem tido ações inovadoras, à medida que promove uma articulação constante com os movimentos sociais e com outros setores do governo, tanto no âmbito federal como no estadual e municipal, particularmente com as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT).

A mesma lei que criou a SENAES institucionalizou o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) em 2006, que significou um grande avanço na articulação e tomada de decisões perante outros atores e outras áreas do governo para apoiar a Economia Solidária no Brasil (NUNES, 2009).

2.5. Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável se originou a partir do discurso desenvolvimentista, consubstanciando-se no informe denominado “Nuestro Futuro Común”, Relatório Brundtland de 1978, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU: onde declara que desenvolvimento sustentável é aquele que *“atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”* – portanto, garantindo o crescimento econômico, social e ambientalmente sustentável. Esta noção de sustentabilidade considera que os recursos naturais não são renováveis e inesgotáveis, portanto chama a atenção para a dinâmica do sistema capitalista, onde se dá a apropriação dos recursos da natureza sem atentar para os cuidados necessários em evitar a escassez e manter a qualidade do meio ambiente. Também consideram imprescindíveis mudanças estruturais e profundas nas relações sociais, econômicas, políticas, territoriais e ecológicas (LIMA, 2013).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, realizada no Rio de Janeiro, Brasil a qual também é conhecida como Cimeira da Terra, Eco 92 ou Rio 92. A Cimeira da Terra conseguiu elevar os conceitos de desenvolvimento sustentável a internacional, através da elaboração de três acordos não vinculativos conhecidos como Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 e a Declaração de Princípios para a Administração Sustentável das Florestas.

3. CONJUNTO PALMEIRA

3.1. Histórico do Bairro

Na cidade de Fortaleza percebe-se uma crescente desigualdade social pelo número de miseráveis e favelados, onde cerca de 30% da população mora em áreas de riscos. Dos 113 bairros da capital, 87 há a presença de áreas faveladas. Nada assustador se verificarmos que menos de 1% da população da capital detém 13% da renda total, enquanto 33% possuem apenas 8%, havendo assim uma grande concentração de renda em poder de uma pequena classe 'dominadora' (RODRIGUES, 2013).

Ainda conforme Rodrigues (2013) é nesta cidade marcada pela pobreza, exclusão social e econômica que surge em 1973 o Conjunto Palmeira, com a chegada dos primeiros habitantes vindos de despejos realizados na região litorânea da cidade. São pessoas desabrigadas da cidade e outros tantos do bairro Lagamar que foram "despejados" numa área pantanosa, coberta pela lama e vegetação extensas, extremamente inadequada para a convivência humana. Nesta região, sem nenhuma estrutura de habitação, chegavam os primeiros habitantes do Conjunto Palmeira, bairro localizado na zona sul de Fortaleza, periferia da cidade que nos últimos anos tem crescido muito devido à expulsão dos moradores da zona leste, alvo também recente da especulação imobiliária com a construção de casas e prédios luxuosos.

Segundo o site do Banco Palmas o Conjunto Palmeira surgiu como a iniciativa do governo de uma 'limpeza sanitária' dessas grandes regiões. Especialmente nos anos da Ditadura Militar esse processo foi considerado violento para as famílias assentadas. O processo de assentamento do Conjunto Palmeira em particular, compreendido inicialmente em uma área de 118 hectares, resultou do remanejamento de populações e residentes em áreas de risco – principalmente retiradas da favela Lagamar, situada no centro da cidade às margens do rio Cocó, que, em época de cheias, inundava as habitações ribeirinhas – e de outras localizadas em área situadas no vetor de expansão urbana, portanto, de grande potencial econômico e especulativo. Ao todo, foram removidas para o loteamento realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, por intermédio da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), mil e quinhentas famílias faveladas provenientes, além do Lagamar, da Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares. Os moradores foram

construindo espontaneamente seus barracos, dando origem a uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escola ou outro serviço público.

O Conjunto Palmeira ainda guarda muita semelhança com bairros pobres das grandes cidades brasileiras, distinguindo-se destes, pelas amplas avenidas e ruas de fácil acesso e circulação. A minoria das vias de circulação é de terra batida grande parte possuindo asfalto ou mesmo pavimentadas com pedra tosca. Depois de deixar de ser favela, continuou com essa denominação pelo fato de ser afastado do centro da cidade.

O local utilizado para a construção do Conjunto necessitou de muito trabalho para atingir as condições mínimas habitáveis. O local contava com uma enorme quantidade de carnaúbas – daí o nome Palmeira – que foram arrancadas para liberar o espaço, deixando o solo desnudo e transformando o terreno em um enorme charco em época de chuvas e/ou transbordamento do riacho que cortava a área.

Em seguida, a Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), demarcou os lotes – que foram vendidos às famílias – e forneceu material para a construção de um cômodo, que deveria ser realizado dentro de trinta dias, caso contrário as famílias perderiam o direito ao terreno.

Não havia água, saneamento, energia elétrica, meios de transporte ou qualquer outro tipo de serviço público no bairro, mas aos poucos os moradores foram se mobilizando para conseguirem tais serviços.

A água era trazida por caminhões pipas para abastecer vasilhames que serviriam para o atendimento das necessidades das famílias e, como a água era insuficiente, muitas vezes não era possível preparar os alimentos e para beber as pessoas tinham que se deslocar para um poço a 2 km de distância. Em 1977 a população se mobiliza para lutar pela melhoria da saúde no bairro. Em 1978 acontece um conjunto de conquistas importantes: a construção da Escola de 1º Grau Audaci Barbosa, o Centro Social Urbano (CSU) e o Posto de Saúde Pedro Sampaio.

3.2. Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP)

A partir de 1979 são abertas novas quadras e o Conjunto Palmeira cresce aceleradamente. Tem início a luta da comunidade por água tratada e energia elétrica, concomitantemente a consolidação da ASMOCONP. Portanto, a partir de 1980, inicia-se um movimento em favor da constituição da associação dos moradores do bairro e, em 1981, a associação foi efetivamente criada. A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) passou a organizar as principais lutas travadas pela população do Conjunto: Saneamento básico, transporte público, pavimentação, moradia, aos poucos o bairro foi se tornando mais habitável. A partir de 1981, com a fundação da ASMOCONP deu-se início o processo de organização das famílias.

Através de mobilizações populares e de diversas parcerias a Associação de Moradores foi aos poucos construindo o bairro.

Em 1988 conseguiu a implantação das redes de água tratada e energia elétrica. Em 1990 construiu em parceria com a Prefeitura, governo do estado e a GTZ, através de mutirão, 1700 metros de canal de drenagem e, dois anos após, organizou os moradores por quadras e implantou junto com o governo do Estado a rede de esgoto sanitário. O bairro foi assim urbanizado, tornando-se mais habitável (ALMEIDA, 2006).

Com o tempo, os grupos foram percebendo que essa havia uma descentralização no bairro que estava gerando desencontros de esforços. Então, as lideranças comunitárias do bairro organizam o seminário “Habitando o Inabitável”, realizado em 1991, que se torna um marco na história do Conjunto. Do seminário saíram duas importantes deliberações: a criação da União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeira (UAGOCONP) e a definição de um plano estratégico com objetivo urbanizar o bairro nos próximos dez anos. Na verdade, o seminário deliberou por um pacto social entre todas as organizações populares do bairro para juntas, definitivamente, tornarem o Conjunto Palmeira possível de se viver com dignidade.

Antes do prazo previsto, porém, perceberam que as assembleias de moradores estavam ficando caracterizadas pelas queixas em relação à falta de trabalho. Além disso, observaram o caráter volátil dos comércios que abriam no bairro.

Apesar dos avanços na infraestrutura local, uma pesquisa realizada pela Associação de Moradores em 1997, constatou que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro: 90% da população economicamente ativa tinha renda familiar menor que 2 salários mínimos (US\$

100), 80% estava desempregada, e os pequenos produtores não tinham como trabalhar devido a falta de acesso ao crédito e comercialização de seus produtos. E ainda, cerca de 1.200 crianças estavam nas ruas por não ter vagas nas escolas.

4. BANCO PALMAS

4.1. Do início aos dias atuais

Em janeiro de 1998 a ASMOCONP criou o Banco Palmas, primeiro banco Comunitário do Brasil, implantando uma rede de solidariedade entre produtores e consumidores. O objetivo inicial do banco era garantir microcréditos para produção e o consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Os vizinhos passam a dar a garantia ao tomador do crédito, assumindo se a pessoa é responsável ou não. O Banco começou com apenas 10 clientes a partir de um empréstimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) contraindo junto a uma ONG local, conhecida como CEARAH Periferia, em seguida a GTZ e OXFAM também contribuíram (MELO, 2003).

A ideia principal do Banco é implantar programas e projetos de trabalho e geração de renda, utilizando sistemas econômicos solidários, na perspectiva de superação da pobreza urbana local.

Desde o início o Banco Palmas é integrado à Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira. Ele ocupa duas pequenas salas na sede da Associação e se insere na área de Economia Popular da Associação. A equipe do Banco Palmas é formada por sete pessoas diretamente envolvida no trabalho, sob responsabilidade da Diretoria da ASMOCONP e da Assembleia de Sócios (MELO, 2003).

As atividades iniciais do Banco se deram na perspectiva da Economia Solidária, prestando serviços, concedendo crédito e capacitando os moradores, com isso, despertou em si a sensibilidade para a solidariedade e a colaboração de estratégia de desenvolvimento sustentável.

Os primeiros recursos do Banco Palmas foram emprestados a cinco pessoas: um peixeiro, uma fabricante de sandálias, uma artesã, um comerciante de um mercadinho e uma costureira, que utilizaram os créditos para incrementar seus negócios. Depois passou a conseguir doações de R\$ 5 mil, R\$ 10 mil, R\$ 15 mil. Até 2005, vivia com ajuda externas (MELO, 2003).

Em 2005 o banco começou a conseguir empréstimos junto a entidades financeiras, como uma linha de crédito adquirida junto ao Banco do Brasil de R\$ 1 milhão. Nesse mesmo ano firmou uma parceria com o Banco Popular do Brasil, hoje é considerado um momento importante de transformação na atuação do Banco Palmas. Do ponto de vista institucional, o

Banco Palmas estabeleceu uma parceria com um banco público articulando uma ação governamental a uma ação local. Do ponto de vista da atuação do Banco Palmas no território, ele passou a ofertar serviços bancários via correspondente bancário, o que possibilitou também o acesso a uma carteira de crédito maior e, portanto, a ampliação de sua atuação. Em 2010, consolidaram-se duas novas parcerias que novamente modificaram sobremaneira sua atuação: com o BNDES, o Banco Palmas acessou uma carteira de R\$ 3 milhões; com a Caixa Econômica Federal, o Banco Palmas passou a realizar serviços de correspondente bancário, atuando diretamente junto às famílias beneficiárias do programa Bolsa Família (BRAZ, *et. al.*, 2013). Esse novo público suscitou novas questões e necessidades, que resultaram no Projeto ELAS¹, criado especificamente para essa população.

Hoje o sistema de microcrédito do Banco Palmas tem algo em torno de R\$ 2,5 milhões emprestados para aproximadamente 3,8 mil clientes ativos na comunidade do Conjunto Palmeira, desses aproximadamente 40% fazem parte do programa Bolsa Família (DIÁRIO DO NORDESTE, 2013), oferecendo linhas de crédito que variam de R\$ 50,00 a R\$ 15.000,00, onde quem tem mais, paga mais juros para subsidiar o empréstimo de quem tem menos e as taxas variam de 0,5 a 3%.

4.2. Microcrédito

Esse sistema financeiro se constitui de forma integrada, atuando estrategicamente nos quatro pontos da cadeia produtiva do ciclo econômico sustentável em áreas de baixa renda, que são eles: capital solidário, produção sustentável, consumo ético, comércio justo. A metodologia do Palmas compreende que na ausência de um destes elementos não é possível alcançar o desenvolvimento econômico local. Neste sentido o Banco Popular desenvolveu instrumentos para concessão de microcréditos, compatíveis com a realidade da comunidade, tanto para produção, como para o consumo e comercialização (MELO, 2003).

São quatro as linhas de microcréditos do Banco Palmas definidas por Melo (2003), na linha referente à produção, comércio ou serviço ele afirma que são microcréditos cedidos para quem não pode acessar as fontes de financiamentos “oficiais” por causa da burocracia, exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas bancárias.

1 - Projeto que articula ações de promoção, formação e orientação às mulheres do programa Bolsa Família, todas tomadoras de crédito do Banco Palmas, tendo como objetivo a inclusão socioprodutiva, financeira e bancária dessas mulheres.

Os créditos concedidos pelo Banco Palmas não exigem documentos, nem garantias cadastrais. São os próprios vizinhos quem oferecem as informações sobre o tomador do crédito, assegurando de que se trata de uma pessoa responsável, com experiência no ramo da atividade pretendida, ou, negando esses valores.

Outra linha citado por Melo (2003) é - para apenas consumo, cedida por meio do PalmaCard, esse cartão de crédito do Banco Palmas vigorou por um bom tempo, no entanto foi extinto, pois não tinha tanta liquidez, ele era válido somente para compras no bairro. Cada cartão de crédito tinha valor inicial de R\$ 20,00 (vinte Reais), podendo de forma escalonada chegar ao máximo de 100 reais. A família não pagava nenhuma taxa para ter o cartão.

Já a linha de Microcrédito para mulheres se dá por meio de crédito específico para atendimento somente a elas, assim o Banco Palmas tem financiado mulheres empreendedoras do bairro, principalmente as que se encontram em situação de risco pessoal e social, com intuito tirá-las da exclusão (MELO, 2003).

Existe ainda, segundo Melo (2003) o PalmaCasa Linha de crédito para pequena reforma de moradia, objetivando a melhoria nas condições de produção. Pode ser utilizado para compra de material para reformar a casa. As famílias fazem um orçamento no depósito de construção do bairro e recebem autorização do Banco Palmas para receberem o material. O dono do depósito recebe o dinheiro do banco e o beneficiado tem 6 (seis) meses para pagar com um juros de 1,5% ao mês.

Os microcréditos têm múltiplas finalidades conforme as linhas de crédito definidas por cada banco (produção e serviços, reforma de moradia e consumo) o seu maior objetivo e compromisso é com a construção de redes locais de economia solidária através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (BRAZ, *et. al.*, 2013).

4.3. Moeda Social

A elevada eficácia nas ações em prol do desenvolvimento econômico, nas comunidades inseridas em ambientes com experiências solidárias, deve ser atribuída em boa parte à emissão da moeda social, o Palmas cumpre esse papel no Conjunto Palmeira. O Banco Palmas não somente criou a moeda, mas conseguiu que ela fosse aceita como dinheiro sonante pelo comércio do Conjunto Palmeira e pelas comunidades vizinhas, que oferecem desconto no preço das mercadorias quando a compra é paga em Palmas. Esse acordo fez com que um volume acrescido de compras dos moradores tenha se concentrado nas lojas,

mercearias e quitandas. No Grande Jangurussu, beneficiando não só o comércio, mas também as unidades de produção lá estabelecidas (BRAZ, *et. al.*, 2013).

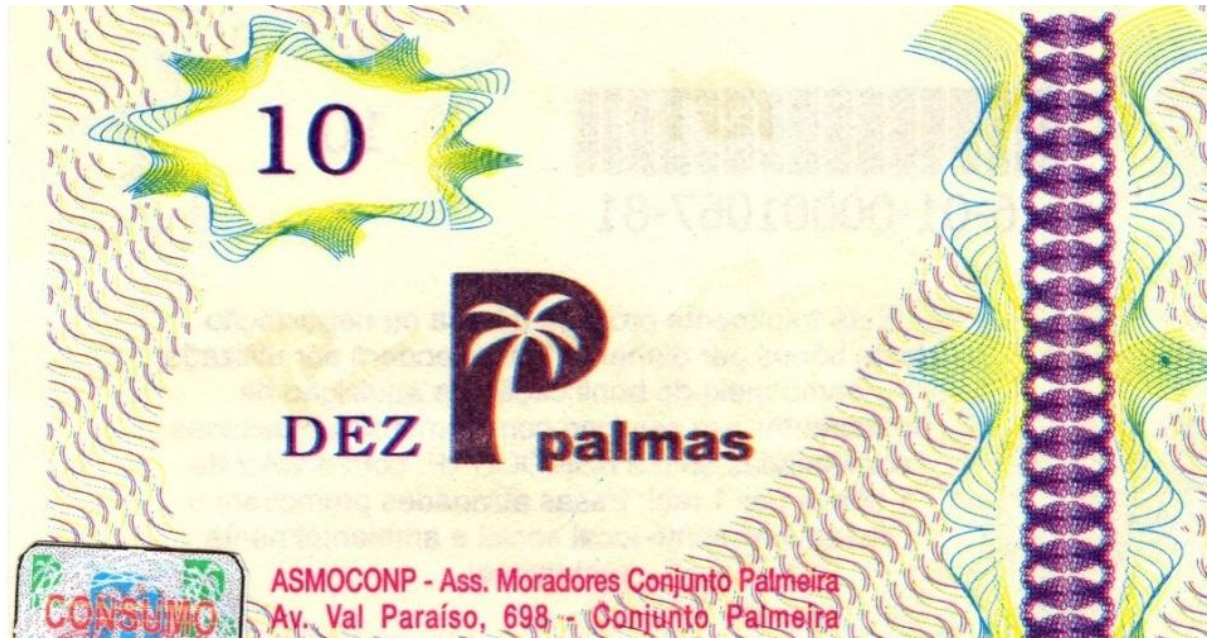
A moeda Palmas funciona como um complemento da moeda oficial, circulando somente dentro do bairro e os créditos podem ser concedidos nas duas moedas. A metodologia para o acesso ao crédito em moeda social é a mesma utilizada para o crédito em reais (SOUSA, 2013).

A moeda local tem o mesmo valor da moeda nacional, ou seja, 1 Palma equivale a 1 Real, permitindo, portanto, atividades produtivas empreendedoras na comunidade, como comércio, indústria e serviços para trocar a moeda sempre que necessário com o objetivo de repor os estoques de produtos que não são produzidos no bairro.

De acordo com o Site do Banco Palmas (2013) a moeda social preza pelas seguintes características:

1. O circulante local tem lastro na moeda nacional, o Real (R\$). Ou seja, para cada moeda emitida, existe no banco comunitário, um correspondente em Real;
2. As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, números serial) para evitar falsificação;
3. A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto promovido pelos comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no bairro;
4. Qualquer produtor/comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode trocar moeda social por reais caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do bairro.
5. A exemplo do Banco Comunitário, o controle e as riquezas geradas pela moeda, ficam na comunidade.

Figura 1: Palmas, moeda social circulante no Conjunto Palmeira.



Fonte: www.sebraefinancas.com.br

Figura 2: Moedas Sociais de Bancos Comunitários Cearenses.



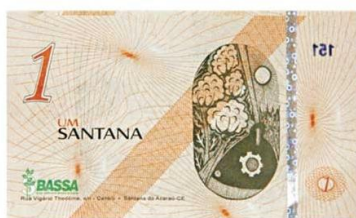
Maracanã
do Banco Paju que
circula em Maracanau



TA
do Bancart que circula
em Irauçuba



Palmas
do Banco Palmas que circula
no Conj. Palmeiras, em Fortaleza



Santana
do Banco Bassa que
circula em Santana do Acaraú



Pratas
do Banco Bem que
circula em Maranguape



Par
do Banco Par que
circula em Paracuru



Palmeiras
do Banco Serrano que
circula em Palmácia
Fonte: diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=926903



Pirambu
do Banco Pirambu que
circula no bairro homônimo



Sabiá
do Banco Sertanejo que
circula em Choró

4.4. Incubadora Feminina

No submundo da pobreza, os homens normalmente se evadem de casa e as mulheres sempre estão incumbidas de assumir a família e criar os filhos. Na avalanche de exclusão e sofrimento, as mulheres mais pobres, são, portanto, as mais fragilizadas. Muitas mulheres que procuram o Banco Palmas para conseguir um crédito se encontram dentro deste quadro de exclusão, impossibilitando o banco popular de ter alguma ação em seu benefício. As mulheres que se encontram nestas condições necessitam, antes do acesso, de um programa capaz de reintegrá-las ao processo produtivo. Este programa é a Incubadora Feminina criada pelo Banco Palmas em 20 de fevereiro de 2001, com intuito de promover e disseminar a inclusão (MELO, 2003).

Segundo Melo (2003) a incubadora é um projeto de segurança alimentar, cujo principal objetivo é incluir socialmente mulheres em situação de risco pessoal e social. A estratégia consiste em reintegrá-las ao ciclo econômico de forma a garantir renda que assegure o acesso ao alimento. É um espaço equipado com sala, cozinha, refeitório, banheiros e um galpão onde são realizadas oficinas de gênero e sexualidade, cursos profissionalizantes, ateliê de produção e um laboratório de agricultura urbana, ao final da incubação o Banco Palmas garante microcrédito para as mulheres desenvolverem atividades produtivas.

Figura 3: Incubadora Feminina do Banco Palmas



Fonte: www.bancoPalmas.org.br

As mulheres passam 4 horas por dia na Incubadora, onde aprendem uma profissão, recebem atendimento psicológico duas vezes por semana e atendimento médico quinzenal. Recebem ainda duas refeições e trabalham na manutenção do próprio prédio. São realizados cursos especiais sobre segurança alimentar, nos quais são trabalhados de forma pedagógica os hábitos alimentares, o valor nutricional dos alimentos, culinárias alternativas e uso medicinal de plantas e alimentos. O grupo escolhe conjuntamente qual o curso profissionalizante que será realizado. Algumas atividades específicas são realizadas fora da Incubadora, tais como, atendimento médico, controle de peso e visitas a feiras e supermercados (MELO, 2003).

4.5. PalmaTech

É uma escola que tem por objetivo oferecer capacitação gerencial e profissional na perspectiva da socioeconomia solidária, assim como desenvolver formas de sensibilização para a cultura da solidariedade. Os idealizadores dos cursos partem da ideia de que o homem não é competitivo por natureza. A sociedade moderna e o capitalismo seriam os responsáveis pela criação de uma cultura de competição no homem moderno. Por isso, seria necessário realizar um trabalho de reeducação das pessoas, conforme declara o coordenador do Banco Palmas: “O capitalismo colocou dentro de cada um de nós a competitividade e, hoje, nós somos competitivos. Mas isso é uma grande mentira, por gênese, somos solidários e amorosos. Assim, é necessário reeducar as pessoas.” (MELO, 2003b, p. 104).

A escola tem também como papel difundir a metodologia e os produtos criados pelo Banco em sua estratégia de combate à pobreza com o desenvolvimento local. Oferece oficinas e cursos variados na área de capacitação profissional, gestão de empresas solidárias, criação de redes e instrumentos de economia solidária enfatizando a cultura da cooperação. Dentre aqueles moradores que hoje atuam em diversos empreendimentos mantidos pela Associação, grande parte passou pela PalmaTech. Atualmente mais de mil jovens estão sendo capacitados em profissões cobertas por 150 dos empreendimentos locais cadastrados no Banco Palmas (ALVES; BURSZTYN, 2013).

4.6. Capital Social

O capital social aparece como instrumento de poder na medida em que a partir do fator cooperação ele se manifesta e se apresenta como vantagem competitiva na disputa pela construção de um território inclusivo.

O capital social possibilita que os sujeitos compartilhem dos mesmos costumes, tornado uma vantagem da cooperação no por meio trabalho, havendo, partilha de conhecimentos e informações, adoção coletiva de decisões, que se unirá a responsabilidade na tomada de decisão dos agentes que a executam, melhorando equitativamente a distribuição dos benefícios conseguidos, o que reduz conflitos dentro do grupo e os incentivos psicológicos que derivam de rituais próprios do trabalho em equipe na comunidade (BRASIL, *et. al.*, 2013).

O papel fundamental desse capital é o de fortalecer os laços de solidariedade, humanidade, igualdade e racionalidade, assim, ele representa uma fonte de estratégia para que as classes menos favorecidas e coesas possam adquirir força na construção e desenvolvimento do território que habitam. O capital gerado pelo Banco Palmas tem esses fatores, pois se incentivam o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

4.7 . Instituto Palmas

O Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de Microcrédito, fundada em 2003 pela ASMOCONP (Associação de Moradores do Conjunto Palmeira). A principal função do Instituto Palmas é fazer a difusão tecnológica do Banco Palmas, ajudando a criar outros Bancos Comunitários no Brasil (e em outros países), integrando-os em rede. O Instituto Palmas serve como um guarda-chuva para os novos Bancos oferecendo crédito, correspondente bancário e microsseguro. O Banco Palmas se relaciona com o Instituto Palmas do mesmo jeito que os outros Bancos Comunitários: utilizando as linhas de crédito, correspondente bancário e microsseguro do Instituto Palmas.

O estímulo e multiplicação da tecnologia social desenvolvida para a implementação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento ocorrem por meio de palestras, capacitação, projetos de elaboração e implementação de metodologias para geração de emprego, renda, assessorias, consultorias e outras atividades para a promoção do desenvolvimento local (SOUSA, 2013).

O Instituto Banco Palmas integra um grupo, contendo uma equipe técnica habilitada na temática da economia solidária, do associativismo, da gestão social, do terceiro setor e da responsabilidade social. Este corpo técnico é formado por consultores que já realizaram trabalhos e parcerias com a ASMOCONP, ao longo dos últimos anos. É uma equipe formada por profissionais de várias áreas do conhecimento, entre elas a Teologia, Sociologia, Serviço Social, Economia Domestica, Nutrição, Psicologia, Economia e Administração.

4.8. Projeto ELAS

Projeto iniciado em março de 2011 pelo Instituto Palmas para o atendimento a mães de família beneficiárias do Bolsa Família. Em um ano, o Projeto ELAS atendeu através do Banco Palmas a 3.100 mulheres do Grande Jangurussu com crédito, educação profissional e financeira, comercialização e formação cidadã, organização de grupos setoriais de produção – confecção e culinária -, elevação da autoestima, conhecimento da cidade (BRAZ, *et. al.*, 2013).

O projeto Elas conta com 4 ações para promover a formação e orientação de mulheres beneficiárias do Bolsa Família, conforme descrito no site do Banco Palmas (2013):

1 - Agentes de Inclusão Socioprodutiva: fazem um acompanhamento das mulheres inseridas no projeto através de visitas domiciliares, com o intuito de orientar e apoiar suas atividades de geração de renda estimulando-as ao convívio comunitário, além de fazer encaminhamentos para a utilização de serviços públicos, como consultas médicas, advogados, e outros. O Projeto conta com 15 agentes.

2 - Educação: Cursos de educação financeira, capacitação profissional, encontros pedagógicos e organização de grupos setoriais de produção e comercialização.

3 - Crédito Produtivo: linha de crédito especialmente criada para as mulheres do programa Bolsa Família, de contratação rápida e sem exigências. A mulher precisa apenas apresentar o cartão de beneficiária do programa para que possa acessar a um primeiro crédito de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), podendo evoluir até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

4 - Fundo Solidário para Compras Conjuntas: É um fundo criado para atender grupos de mulheres do Bolsa Família que trabalham no mesmo ramo, ajudando-as a realizar compras conjuntas de matérias primas e produtos manufaturados. Por exemplo, um grupo de mulheres costureiras, um grupo de mulheres que trabalham com beleza. Esses grupos fazem uma lista de compras e o Banco Palmas compra direto ao fornecedor. As mulheres pagam ao banco, em 06 parcelas, sem juros. Atualmente temos 30 mulheres beneficiadas com esse fundo.

5. O BANCO PALMAS COMO ESTRATEGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONJUNTO PALMEIRA

5.1. Desafios do Banco Palmas

No decorrer dos anos do conjunto, os exemplos de mobilização social, formação de organizações populares e manifestações dos habitantes da comunidade por melhores condições para o bairro vão crescendo e possibilitando conquistas socioeconômicas para o conjunto. O Banco Palmas é uma das maiores provas destas conquistas. Banco solidário, que prioriza o capital solidário, o consumo ético, o comércio justo e a produção sustentável (MELO, 2003) e que trouxe impactos significativos para o bairro.

O Banco Palmas é uma experiência desenvolvida pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira. O seu objetivo é criar uma rede solidária entre produtores e consumidores através de vários incentivos. Essa experiência enfrentou três grandes desafios iniciais. O primeiro foi criar um programa de crédito¹ para os menos favorecidos pelo capital, ou seja, um programa para os excluídos que não têm nem fiador e nem acesso ao crédito dado à condição de presentes no cadastro do Sistema de Proteção ao Crédito – SPC. O segundo desafio foi entender os pobres como portadores de solução, ou seja, entender que o desenvolvimento sustentável² local é possível em qualquer localidade, por mais pobre que ela pareça ser, por menor que seja e que há sempre um grande potencial para ser desenvolvido, quando se trabalha com autogestão, cooperação e empreendimentos solidários. O terceiro grande desafio foi entender que não existe saída para o mundo, para humanidade, senão pela constituição de redes de solidariedade³ e territórios inclusivos.

A metodologia de crédito utilizada pelo Banco Palmas permite a garantia e o controle

-
1. O tipo de crédito envolvido nesses empréstimos é, na maioria das vezes, garantido por valores não materiais, baseado na confiança de relações sociais e laços de proximidade física, na identificação de valores comuns ou no aval coletivo da comunidade (BRAZ, *et. al.*, 2013).
 2. As pessoas devem se tornar conscientes de que o crescimento e o progresso social tem que ser ecologicamente viável.
 3. O objetivo das redes de solidariedade remonta de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc; b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas (MANCIE, 2002).

baseado nas relações de proximidade e confiança mútua, já que, no ato do empréstimo, o tomador passa a ser acompanhado pela rede solidária.

A média da inadimplência na carteira de empréstimos tem girado em torno dos 3%. Diferentemente do que ocorre com empréstimos nos bancos tradicionais, não existem consultas cadastrais, comprovação de renda ou exigência de fiador (ALVES; BURSZTYN, 2013).

Ainda segundo Alves e Bursztyn (2013) para a captura de crédito nos bancos comunitários utiliza-se o aval solidário, tornado um instrumento eficiente de garantia e controle, em que tomadores de crédito formam um grupo no qual todos se responsabilizam pelos empréstimos dos demais. Outro instrumento utilizado é a consulta sobre idoneidade e responsabilidade do tomador, feita junto à sua rede de relações de vizinhança. Os empréstimos concedidos têm, assim, o papel de restaurar laços e vínculos sociais entre os moradores do bairro.

Na experiência do Banco Palmas, o microcrédito é muito mais que emprestar dinheiro, é um sistema integrado de produção, serviços, consumo, comercialização, sentimento, coração, prazer e felicidade humana.

A metodologia e os produtos criados pelo Banco tem sua estratégia de combate à pobreza com o desenvolvimento local.

Dentre os empreendimentos socioeconômicos mantidos pela Associação, através de recursos do Banco Palmas, merecem serem citados os Jardins Comunitários, a Troca de Serviços, o Balcão de Empregos, o Clube de Trocas Solidárias, as Compras Coletivas, a Incubadora Feminina, o Estúdio para gravação de CDs, com equipamentos doados pela organização não governamental (ONG) holandesa Strohelm, a Passagem Solidária e a Feira Solidária. (MELO NETO, 2003a, 2003b; MELO NETO; MAGALHÃES, 2003; RECID, 2008).

Estas estratégias fornecem as condições de sustentabilidade e perenidade dos projetos da Associação, o que França Filho e Dzimira (2002) denominam de hibridação de economias e construção conjunta de oferta e demanda.

5.2. Economia Popular no Conjunto Palmeira

Inserido em um contexto de precarização do trabalho, em face das transformações tecnológicas e da nova divisão internacional do trabalho, a Economia Solidária surge como

uma alternativa aos trabalhadores para superarem os antagonismos entre capital/trabalho no bairro. Diante da escassez de perspectivas para se conseguir um emprego, no Conjunto Palmeira, as pessoas desempregadas procuram novos meios de inserção no mercado de trabalho, buscando alternativas para o desemprego estrutural, seja através do ingresso no mercado informal de trabalho ou por meio da criação de pequenos negócios.

A filosofia central do banco está voltada para uma rede de solidariedade de produção e consumo local. O Banco Popular possui uma linha de microcréditos para quem quer produzir (criar ou ampliar um pequeno negócio) e outra linha que financia quem quer comprar aos produtores e comerciantes do bairro. O Palmas estabeleceu na própria comunidade um circuito monetário de produção e consumo, que em longo prazo se auto-financiará, dando sustentação aos seus empreendimentos. Este sistema oxigena a rede de solidariedade local, facilitando a comercialização dos produtores da comunidade, fazendo a renda circular no próprio bairro, promovendo o crescimento econômico. A estratégia objetiva criar um círculo econômico local virtuoso.

Conforme Razeto (2001) existem diversos tipos de economia popular. Dentre elas, podemos citar as microempresas e pequenas oficinas de negócios; as iniciativas individuais e informais; as atividades ilegais; as soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada. Logo, é importante destacar que nem toda economia popular é uma Economia Solidária.

Na definição empregada por Razeto (2001, p.36) a economia popular é “o caminho que seguem aqueles grupos para buscar em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos”.

A economia popular é aquela que atende às demandas imediatas da população e possui giro local (ARROYO, 2006). Este autor cita ainda o tripé metodológico entre crédito-organização-formação como uma síntese para o trabalho coletivo, uma vez que não somente o crédito é necessário, mas também a capacitação e o planejamento para as ações. É necessário que tomemos a economia popular, pondera, como uma economia aplicada à maioria ou vivida pela maioria. Por esse motivo sustenta a aplicação do termo crédito popular ao invés de microcrédito, Para ele, enquanto este último reforça a ideia de financiamentos de pequena monta a noção de crédito popular remete a uma dimensão mais ampliada e simplificada simétrica às dimensões da economia popular.

A Economia Popular significa uma opção, um modo de vida, com um modo de produção, o que acarreta em um projeto de sociedade e novos valores. Ela não se baseia nos

critérios de rentabilidade e de lucro do sistema. Com isso, aponta algo diferente do capitalismo, embora nasça nesse universo (GADOTTI, 2001).

Visto que a economia popular depende do esforço da maioria em busca de soluções para amenizar as mazelas sociais impostas pelo sistema capitalista, podemos compreender que o desenvolvimento envolvido na economia popular não dependerá apenas dos trabalhadores, mas partirá deles a iniciativa para tal, Singer (2004, p. 4) afirma que:

O processo de desenvolvimento requer um relacionamento simbiótico entre a comunidade e os profissionais que estamos denominando '*agentes de desenvolvimento*'. Estes representam bancos públicos, serviços públicos (como o SEBRAE ou o SESCOOP), agências de fomento da Economia Solidária, ligadas à Igreja, sindicatos ou universidades ou então movimentos sociais. A missão inicial dos agentes é levar à parte da comunidade, mais esclarecida ou mais inconformada com a situação, a consciência de que o desenvolvimento é possível pelo esforço conjunto da comunidade, amparado por crédito assistido e acompanhamento sistemático [incubação].

Para que o desenvolvimento se concretize é necessário levar consciência a todo conjunto da comunidade, desencadeando um processo educativo ou de educação política, econômica e financeira de todos os membros. Usando a capacitação adquirida no enfrentamento dos problemas reais, à medida que eles vão se colocando. No processo endógeno as instituições surgem para promover e fortalecer o desenvolvimento local.

5.3. Parceiros do Banco Palmas

O apoio de diversas instituições governamentais e não governamentais tornou-se fator decisivo para a sustentação do Banco Palmas, bem como contribuíram para a difusão e manutenção dessa iniciativa pioneira. Por isso a importância de se mostrar nas próximas seções sobre as parcerias governamentais e não governamentais articuladas pelo Banco, como apresentadas nos quadros 1 e 2 das respectivas seções.

5.3.1. Governamentais

Quadro 1 – Parceiros Governamentais do Banco Palmas

Instituições	Ação desenvolvida (Função)	Quando e como se iniciou a parceria	Termos da parceria
Governamentais			
Secretária de Trabalho e Ação Social - Governo do Estado	Através do Plano Estadual de Qualificação, financia a capacitação profissional para os empreendedores do bairro.	A ação iniciou em outubro de 2001, através de um pequeno curso sobre economia solidária e no ano seguinte foram desenvolvidos outros treinamentos.	O Banco Palmas concorre a um edital de projetos e posteriormente é assinado um convênio. Através destes os recursos são repassados para o Banco.
Fundação da Criança e da Família Cidadã- Prefeitura de Fortaleza	Garante alimentação e acompanhamento social para as mulheres do programa Incubadora Feminina, desenvolvido pelo Banco Palmas	A parceria começou em abril de 2002, através de audiências marcadas com o Prefeito de Fortaleza e a presidente da Fundação	Existe um convênio assinado que garante o repasse de recursos e disponibiliza profissionais do município para atuarem na Incubadora

Quadro 1 (Continuação) – Parceiros Governamentais do Banco Palmas

Instituições	Ação desenvolvida (Função)	Quando e como se iniciou a parceria	Termos da parceria
Serviço Nacional de Empregos (SINE)	Instalou dentro do Banco Palmas um Balcão de Empregos, conectado com a oferta de empregos das empresas do mercado formal. Diariamente os desempregados que procuram o balcão são encaminhados para o mercado de trabalho	A ação iniciou em 1999 a partir de uma reunião com o presidente do SINE/Ce.	Existe um convênio assinado entre a Associação de moradores e o SINE assegurando ao primeiro a obrigação de conceder o espaço de atendimento e ao segundo garantir os recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento do Balcão.
Projeto PRORENDA/GTZ	Ajudou a estruturar a carteira do Banco Palmas. Ofereceu cursos de capacitação para a equipe de gestão do banco. Oportunizou uma melhor relação com o poder público local	A relação do projeto Prorenda (GTZ) com a Associação dos Moradores é antiga. Começou no início dos anos 90 com a urbanização do bairro e estendeu-se até a criação do Banco Palmas	Existe um convênio assinado entre o governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza, GTZ e Associação de moradores. Através deste convênio são realizadas todas as ações do Prorenda na Área, inclusive repasse de recursos financeiros. Obs.: O Prorenda encerrou suas atividades em Fortaleza no ano de 2001

Quadro 1 (Continuação) – Parceiros Governamentais do Banco Palmas

Instituições	Ação desenvolvida (Função)	Quando e como se iniciou a parceria	Termos da parceria
Programa Capacitação Solidária	Oferece capacitação em cidadania e economia solidária para os jovens do Conjunto Palmeira	Iniciou em 2002 através de um edital de projetos lançado pelo Programa. O banco Palmas apresentou um projeto e foi aprovado.	O Programa Capacitação Solidária realiza concurso de projetos para entidades capacitadoras em diversas temáticas. Quando os projetos são aprovados são assinados contratos de parceria que garantem o repasse de recursos para a Entidade comunitária.
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Oferece assessorias diversas através de seus núcleos de estudos e extensão universitária: -Núcleo de Psicologia Comunitária – NUCOM -Núcleo de Estudos sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF -Curso de Economia Doméstica -Curso de Arquitetura e Urbanismo	A parceria é construída ao longo dos anos 90 por ocasião das lutas pela urbanização do bairro. Com o surgimento do Banco Palmas as relações se aproximam pela solicitação dos alunos em fazerem suas monografias e teses de mestrado e doutorado sobre o Banco Palmas.	Existe uma informalidade nas relações. A universidade costumeiramente envia seus alunos e professores que fazem assessorias e acompanham os alunos em seus trabalhos acadêmicos sobre o Banco.

Fonte: Melo (2003b).

5.3.2. Não Governamentais

Quadro 2 – Parceiros Não Governamentais do Banco Palmas

Instituições	Ação desenvolvida (Função)	Quando e como se iniciou a parceria	Termos da parceria
Não Governamentais			
Redes Cearense e Brasileira de Socioeconômica Solidária	O Banco Palmas participa das redes fazendo intercâmbios de informações, capacitações e metodologias, além de articular produtores e consumidores para as práticas de Economia Solidária	A relação com a Rede Brasileira e Cearense tem início em junho de 2001, momento em que o Palmas Participa do encontro de Mendes, no Rio de Janeiro, e é criada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária	A participação nas redes é livre, ocorre geralmente através de um fórum eletrônico e reuniões presenciais locais e nacionais.
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)	Oferece capacitação profissional e gerenciamento empresarial para os empreendimentos financiados pelo Banco Palmas	A parceria teve início em março de 1999 a partir de reuniões com a diretoria do instituto	Não existe nenhuma formalidade nesta parceria. A relação se dá de forma pontual e os acordos se fazem diante a necessidade do momento.
Serviço Brasileiro de Empresas (SEBRAE)	Assessoria o Banco Palmas nas áreas de planejamento estratégico e gestão empresarial e apoia publicações, eventos e seminários organizados pelo Banco	Iniciou em abril de 1998, a partir de negociações realizadas diretamente com a presidência do SEBRAE-Ce.	O acordo de parceria entre o SEBRAE e o Banco Palmas descreve uma meta de ações a ser cumprida em três anos. O SEBRAE disponibiliza técnicos e recursos financeiros, quando necessários, para implementações das ações.

Quadro 2 (Continuação) – Parceiros Governamentais do Banco Palmas

<p>Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS da Central Única dos Trabalhadores (CUT)</p>	<p>Oferece capacitação nas áreas de cooperativismo e Economia Solidária</p>	<p>A parceria com a ADS iniciou através de uma solicitação do Banco Palmas para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desenvolver um curso de elevação de escolaridade no método Paulo Freire, oportunizando aos trabalhadores do bairro a receberem a certificação de estudos do ensino fundamental. Após este treinamento outros cursos e oficinas se sucederam</p>	<p>A relação com a ADS/CUT se dá de forma informal, planejando-se as capacitações e oficinas de acordo com as necessidades que surgem.</p>
<p>Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE</p>	<p>Parceira do Banco Palmas que financiou a compra das barracas para as feiras e assegurou três anos de funcionamento do projeto Incubadora Feminina, garantindo os recursos humanos e pedagógicos.</p>	<p>Início da parceria em maio de 2000 a partir da visita dos assessores de projeto do CESE ao Banco Palmas.</p>	<p>Existe um contrato assinado entre as duas instituições que assegura o repasse dos recursos.</p>

Quadro 2 (Continuação) – Parceiros Governamentais do Banco Palmas

OXFAM	Parceiro do Banco Palmas que colaborou com a carteira de crédito do banco e tem apoiado todos os anos diversas atividades desenvolvidas pelo Banco Palmas.	A relação começou em junho de 1998 a partir de uma visita de Oxfam a sede do Banco	Existe um contrato assinado entre as duas instituições, renovado anualmente, que assegura o repasse de recursos financeiros.
DED	Parceiro do Banco que durante cinco anos garantiu Apoio Institucional	A relação teve início em março de 1998 a partir da visita do DED à sede do Banco	Existe um contrato assinado entre as duas instituições, renovado anualmente, que assegura o repasse de recursos financeiros
AGORA XXI	Ong local que oferece assessoria em Economia Solidária e gerenciamento Contábil	A relação com AGORA XXI é recente e data de março de 2001 quando a entidade surgiu. Vale a pena ressaltar que alguns membros da equipe do Palmas também atuam em ÁGORA XXI	Relações de parceria informal e pontual de acordo com as necessidades do Banco.
Associações Comunitárias e Comerciantes locais	Integram a rede local de economia solidária, produzindo e comercializando os produtos feitos no bairro.	A parceria com as organizações e os comerciantes do bairro foi construída ao longo dos anos, desde fevereiro de 1981 quando foi criada a Associação de Moradores.	Os comerciantes do bairro são sócios da Associação e participam das lutas do bairro.

Fonte: Melo (2003b).

5.4. Estratégias adotadas pelo Banco Palmas

O Conjunto Palmeira e seu Banco Palmas nos apresentam uma experiência popular que criou efetivamente uma rede solidária entre produtores e consumidores através de vários incentivos. Pois, embora os desafios enfrentados inicialmente, sobretudo no que se refere às condições econômicas e de articulação do grupo, em que pela via do fomento ao capital social se realiza a modificação dos territórios nas suas múltiplas dimensões de economia, de cultura, de geografia e, sobretudo, de inserção social a partir de outra economia. A economia que associa territórios de renda e solidariedade.

A produção foi incentivada a partir da oferta de crédito produtivo e apoio às estratégias de comercialização dos produtores e comerciantes locais. Surgiu, assim, a estratégia de finanças solidárias dos bancos comunitários de desenvolvimento, sendo pioneiro o Banco Palmas.

Sendo o único banco comunitário até 2003, essa realidade começou a mudar a partir desta data, com as associações comunitárias e o poder público interessados na sua implantação em outras localidades. Esse aumento foi tão significativo que o próprio Banco Palmas decidiu criar uma nova instituição – o Instituto Palmas – para realizar esse trabalho de replicação da metodologia implantada.

Nesse contexto, tornou-se evidente a necessidade de transformar a experiência do Banco Palmas, enraizada na história comunitária do Conjunto Palmeira, em uma estratégia de desenvolvimento comunitário integrado, abrangendo um espaço cada vez maior. Para essa transformação do concreto da experiência para a abstração do conceito, construiu-se um marco conceitual em que as principais características de um banco comunitário foram definidas e publicadas pelo Instituto Palmas e pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BRAZ, *et. al.*, 2013).

Segundo a definição da Rede (2006), os bancos comunitários de desenvolvimento oferecem serviços financeiros solidários em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva da reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Tem como objetivo dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros com foco na solidariedade.

O termo “solidário”, aparece no sentido de subversão da lógica utilitarista de uma economia regida pela maximização dos lucros e otimização dos custos para a lógica da confiança e da cooperação (SINGER, 2003; FRANÇA FILHO, 2008).

Para Braz, *et. al.* (2013) esses valores também estão presentes na concepção de uma ação realizada em rede de solidariedade, pois ao conceber de forma conjunta o estímulo à produção e ao consumo no território – rede local de consumidores e produtores -, rompendo com a lógica de mercado onde produtores competem e consumidores são disputados, para a busca por uma economia associada. O conceito de rede, então, afirma e confirma uma ação que não tem um único sentido: ela se desdobra num território ampliado que é a comunidade. Ou seja, a ação não pretende ter um fim localizado – um cliente – mas sim uma articulação entre moradores, instituições locais e comerciantes.

O caráter educativo, uma característica dos Bancos Comunitários, é uma das principais estratégias de sustentação destes. Em que, a partir de suas ações e ferramentas, passa a contribuir para que o debate sobre economia seja desmistificado e para que esse conhecimento possa ser apropriado a partir das práticas. Os trabalhadores do banco, os tomadores de crédito, os comerciantes, ou seja, a comunidade como um todo, ao conhecer mais sobre os conceitos econômicos e os mecanismos financeiros contribui para o fortalecimento e a qualificação da participação dos moradores no debate sobre o desenvolvimento do bairro e, como resultado, potencializam as ações do banco (BRAZ, *et. al.*, 2013).

Segundo afirma BRAZ, *et. al.* (2013) todo esse processo de formação e desenvolvimento do banco só é possível se for feito coletivamente e entendido como uma ferramenta de participação. Assim, o modo da oferta, as práticas cotidianas de concessão do crédito e os projetos de formação definem um ambiente de participação. Todos os que utilizam os serviços do banco participam desse sistema de desenvolvimento comunitário, formando. Assim, um caráter essencialmente educativo para os processos financeiros solidários. Além dessa participação, que se dá de forma difusa, há a constituição de espaços de discussão coletiva e pública que são os fóruns de desenvolvimento. Esse espaço torna-se importante por garantir um espaço público e aberto de fala onde se constrói não só a articulação entre os diversos atores presentes no território como também o sentido coletivo das ações. França Filho (2004), ao falar das iniciativas de economia solidária, aponta para uma solidariedade de iniciativa cidadã, referenciada pelo bem comum e que possibilita e motiva para a ação no espaço público. Ao pensar em desenvolvimento integrado, além de

mobilizar as ações locais, é importante a articulação dessas ações ao contexto das políticas governamentais.

A relação com o poder público torna-se, então, uma necessidade permanente, buscando criar parcerias que garantam o diálogo entre municipalidade e a comunidade. Mesmo se dando em pequenas ações a cooperativa é importante para a visibilidade e sustentabilidade do projeto.

5.5. Resultados alcançados pelo Banco Palmas

O Banco Palmas traçou inicialmente alguns objetivos que poderiam ser alcançados em curto prazo para proporcionar desenvolvimento local e solidário do Conjunto Palmeira, com baixo custo e de forma sustentável, melhorando a qualidade de vida de seus moradores.

Com o intuito de alcançar seus objetivos o Banco Palmas criou vários programas complementares que articulados entre si formam a Rede de Prosumidores (produtores e consumidores) do bairro, como exemplo, a escola de capacitação (PalmaTech), uma incubadora para mulheres em situação de risco, um laboratório de agricultura urbana, clubes de trocas com moeda social, uma moeda própria que circula nos comércios do bairro (o Palmas), sistemas de feiras com os produtores locais e uma loja solidária (MELO, 2003b).

Uma pesquisa recente, realizada pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP) aponta alguns resultados importantes obtidos por meio das estratégias do Banco Palmas para o desenvolvimento econômico e social do Conjunto Palmeira.

No que se refere ao uso do crédito tomado com o Banco Palmas, pode inferir que os resultados reforçam a hipótese de que o crédito serve tanto para uso direto em atividades produtivas como mais uma fonte de recursos para articular a organização do orçamento. Sendo assim, denotou-se que 40,98% é destinado para o negócio ou empreendimento, 14,34% para pagamento de contas, 11,7% para alimentação, aproximadamente 5,74% para gastos com a família, cerca de 3,28% para estudos e educação, outros 12,71% para dívidas, jazigos, moradia, produtos, materiais, saúde e lazer (BRAZ, *et. al.*, 2013).

Com a demonstração desses dados torna-se clara a importância do Banco Palmas como um agente formal de crédito que contribui para a estabilização do consumo e como um agente financiador de empreendimentos e negócios informais que garantem uma fonte de recursos mesmo que, às vezes, precária e insuficiente a partir de uma atividade produtiva (BRAZ, *et. al.*, 2013).

Com relação à segurança financeira e organização do orçamento percebe-se que o acesso ao banco comunitário, além de produzir efeitos e mudanças do ponto de vista econômico, também promove mudanças em aspectos psicossociais importantes. Denotando a existência da possibilidade do crédito para um planejamento em curto ou em longo prazo ou para uma emergência não prevista, contribuindo para que as pessoas do bairro se sintam financeiramente mais seguras, modificando a experiência de instabilidade e de vulnerabilidade aos imprevistos do cotidiano (BRAZ, *et. al.*, 2013).

Os dados da pesquisa mostram que 51,74% dos entrevistados indicam que o Banco Palmas melhorou muito a sua organização orçamentária e outros 22,89% indicam que houve mudança, mesmo que pequena, neste aspecto. Já com relação à segurança financeira, 66,20% dos entrevistados indicaram se sentirem mais seguros em saber que podem acessar o Banco Palmas quando necessário. Desses, 45,30% indicaram se sentir muito seguros financeiramente e 20,90% acreditam que a presença do Banco Palmas contribui para sua segurança, mas em menor intensidade (BRAZ, *et. al.*, 2013).

Segundo BRAZ, *et. al.*, (2013) esses dados apresentam uma construção social e simbólica em relação ao Banco Palmas de proteção e confiança que é compartilhada pelo conjunto da população. Essa representação está ancorada na função social do banco na comunidade e na sua representação para cada um dos moradores e não está ligada apenas a uma representação construída somente a partir do uso concreto dos serviços do Banco Palmas. Dessa forma, compõe para todos os moradores uma experiência de menor instabilidade aos possíveis imprevistos da vida.

Quanto à ação comunitária e oferta de serviços financeiros e bancários faz parte da natureza do banco comunitário uma ação que compreenda a oferta de serviços financeiros em um processo educativo e político. Nesse sentido, todo o processo de concessão e oferta é um momento de aprendizado que permite a apropriação de conceitos financeiros. O Banco Palmas aumentou o acesso da população tradicionalmente excluída do sistema financeiro formal do ponto de vista do crédito. Além disso, também é importante perceber a ampliação de acesso, que pode ser analisada a partir dos clientes que afirmam utilizar apenas o banco comunitário para realizar suas transações, aqueles que afirmam terem tido acesso pela primeira vez a algum serviço financeiro ou bancário via Banco Palmas e quantos desses, a partir dessa relação, puderam acessar outros agentes do sistema formal (BRAZ, *et. al.*, 2013). Nessa lógica o Banco Palmas se apresenta como um agente de inclusão financeira.

O banco comunitário tem como principal objetivo, além dos processos de participação e inclusão financeira, dinamizar as economias locais e promover o desenvolvimento econômico e social. Essa economia local, em geral, é caracterizada por empreendimentos do setor de serviços e de comércio, com as ruas repletas de pequenos botecos, mercadinhos, padarias, docerias, lanchonetes, mecânicas, lojinhas de roupas e cacarecos. São também comumente encontrados serviços como cabeleireiro, manicure, consertos de roupas e computador, eletricitista, pedreiro e vendas de produtos de catálogo, como Natura e Avon. Há ainda o pipoqueiro da porta da escola, o geladinho vendido de porta em porta, os salgados da vizinha, o motoqueiro com o gás na garupa.

O território de abrangência do Banco Palmas tem todas essas semelhanças. Do total de entrevistados nos domicílios, 75,12% indicam estar trabalhando, sendo que, desses, 52% indicam ter um negócio ou empreendimento e, desses, 95,2% afirmam ser no próprio bairro, ou seja, injetam renda na economia local. Entre os entrevistados no saguão, 71,57% estão trabalhando. Desses, 17,65% indicam ter um negócio ou empreendimento, sendo que, desses, 88,89% são no próprio bairro. A diferença entre as entrevistas domiciliares e as do saguão ocorre no sentido de que os clientes de crédito, em sua maioria, acessam-no em função da existência de um empreendimento ou negócio e, por isso, o número mais elevado (BRAZ, *et. al.*, 2013).

Os empreendimentos apresentam baixo rendimento, no entanto, os dados apontam para uma melhoria destes. Do total de entrevistados, 62,75% dos clientes de crédito e 55,55% dos clientes de correspondente bancário indicaram ter elevado a receita no último ano, sendo que, entre os clientes de crédito, 78% indicaram o crédito concedido como um dos fatores que motivaram essa elevação. Como a renda familiar e o rendimento do negócio, em geral, são inseparáveis, percebeu-se que 71% dos clientes de crédito e 72% dos clientes do saguão indicam que tiveram aumento de renda neste último ano (BRAZ, *et. al.*, 2013).

O que é interessante observar é que 99% dos clientes de crédito entrevistados indicam que o Banco Palmas contribuiu para melhoria de suas condições de vida, sendo que 45,9% indicam que essa melhoria se dá pelo acesso a serviços financeiros e bancários, 27,44% indicam ter havido melhoria pela ampliação de oportunidades de trabalho, empreendimentos e negócios. Além desses, destaca-se o aumento na educação e estudos (7,52% dos entrevistados indicam essa mudança), a ampliação na segurança financeira (2,63%), na saúde (2,63%), no desenvolvimento da comunidade em geral (2,26%) e melhorias nas moradias (3,38%). Já no caso dos clientes de correspondente bancário, 93% acreditam que o Banco Palmas melhorou

sua qualidade de vida, especialmente no acesso a serviços financeiros e bancários (96,8%), seguidos de oportunidades de trabalho (5,35%) e educação e estudo (7,4%) (BRAZ, *et. al.*, 2013).

Na percepção de BRAZ, *et. al.* (2013) diferentemente da melhoria de vida, para os clientes de correspondente, a ação do Banco Palmas para os demais agentes tem efeitos em outras dimensões, reafirmando o reconhecimento da ação do Banco Palmas para além da oferta de serviços financeiros e bancários, ou seja, na produção do desenvolvimento do território como um todo.

6. CONCLUSÃO

O Banco Palmas tem papel fundamental na criação e no fomento de espaços coletivos de convivência e participação, é importante salientar que as ações promovidas pelo Banco Palmas e os possíveis efeitos no aumento da experiência comunitária e coletiva dos moradores bem como de sua participação como agente idealizador das melhorias verificadas por meio das pesquisas.

O aumento do faturamento e da renda e a fixação de postos de trabalho também puderam ser observados, e pelos dados obtidos se mostram resultados importantes da análise. Com isso, pode-se perceber que o Banco Palmas, por meio de suas diversas estratégias do fomento, influencia de forma positiva a vida dos moradores do Conjunto Palmeira, levando a eles mais inclusão econômica e social mediante projetos de educação financeira, inserção ao mercado de trabalho, dando-lhes mais segurança financeira e os ajudando na organização do orçamento.

Diante dos resultados apresentados, torna-se clara a importância da realização de pesquisas nos territórios de atuação dos bancos comunitários que apontem os importantes efeitos dessa estratégia, para além dos resultados financeiros e bancários, contribuindo para o fortalecimento dessas iniciativas solidárias e, mais do que isso, mostrando os desafios e a necessidade de articulação entre diversas ações para a promoção de um desenvolvimento enraizado nas dinâmicas locais e em busca de relações mais justas e igualitárias.

Por meio das diversas ações promovidas pelo Banco Palmas tornou-se possível dinamizar a economia da comunidade do Conjunto Palmeira, gerando desenvolvimento econômico e social e trazendo diversos benefícios para a população.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. B. S. de. **Banco Palmas**: Uma solução empreendedora para o desenvolvimento do Conjunto Palmeira. Fortaleza: UFC, 2006.
- ALVES, M. O.; BURSZTYN, M. **Raízes e Prática de Economia Solidária**: Articulando Economia Plural e Dádiva numa Experiência do Ceará. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1153>. Acesso em: 25/10/2013.
- ARROYO, J. C. T. Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário / João Cláudio Tupinambá Arroyo, Flávio Camargo Schuch. Coleção Brasil Urgente. 1ª ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. **Os dilemas da economia solidária**: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v7n2/a03v7n2.pdf>> Acesso em: 10/09/2013
- BANCO PALMAS. História do Conjunto Palmeira. Disponível em: <<http://www.bancoPalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/14723>>. Acesso em: 02/09/2013.
- _____. Inovação para a inclusão Socioprodutiva, financeira e bancária. Disponível em: <<http://www.inovacaoparainclusao.com/>>. Acesso em: 28/10/2013.
- BENATO, João Viroto Azolin. O que é o cooperativismo. Disponível em: <<http://www.coopintegral.com.br/noticias.php?codigo=4>>. Acesso em: 10/09/2013.
- BRASIL, A. A.; LUCAS, L. C.; LUNA, E. M.; SOUZA, F. L. M. **Capital social como estratégia para desenvolvimento territorial inclusivo**: o caso do Conjunto Palmeira. Disponível em: http://www.urca.br/coloquioeconomia/IIcoloquio/anais/trab_cap_soc_desenv_ter/2.pdf. Acesso em: 29/08/2013.
- BRAZ, J. de O. B.; MASCARENHAS T. S. NAKAGAWA, C. T.; NEIVA, A. C. **Banco Palmas 15 anos**: Resistindo e Inovando / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013.
- CHAVES, D. F.; PINTO, I. M. J. Economia Solidária como alternativa de desenvolvimento regional. **T&C Amazônia**, Ano V, Número 10, Fevereiro de 2007. Civilização Brasileira, 2002.
- COELHO, J. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável**: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS. Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER “Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento”. 2006.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Desafio da inclusão financeira:** Ceará tem mais bancos solidários. Reportagem exibida em: 04/11/2013.

FRANÇA FILHO, G. C. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. In **Organizações & Sociedade**, v.15, n.45 (abr/jun), pp. 219-232, 2008.

_____. de; DZIMIRA, S. Dádiva e economia solidária. In: MARTINS, P. H.; NUNES, B. F. (Org.). **A nova ordem social:** perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília, DF: Paralelo 15, 2002. p. 136-164.

_____; LAVILLE, J. L. **A Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____; SANTANA JUNIOR, G. **Economia solidária e desenvolvimento local:** uma contribuição para redefinição da noção de sustentabilidade a partir da análise de três casos na Bahia. Disponível em: <<http://www.dowbor.org./ar/07genautolocal.doc>>. Acessado em: 25/10/2013.

FRANCO, G. (1996). “Uma nova perspectiva estratégica pós-liberal para enfrentar a questão social no Brasil”. Revista Proposta, Rio de Janeiro, 70: 10-17.

GADOTTI, M. Educação Comunitária e Economia Popular. In: Educação Comunitária e economia popular. GADOTTI, M; GUTIÉRREZ, F. (orgs.). – 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. **A Economia Solidária Diante da Concorrência Capitalista:** Os limites econômicos da autogestão. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/A%20ECONOMIA%20SO-LID%C3%81RIA%20E%20A%20CONCORR%C3%8ANCIA%20CAPITALISTA.pdf>> Acesso em: 11/09/2013.

LIMA, Jorge Luiz Cunha. **Banco Palmas e políticas públicas no Conjunto Palmeira:** Um Estudo Sobre O Desenvolvimento Humano Sustentável e o Trabalho Solidário (1998-2002) Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/48-jorgeluizcunhalima1?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 27/08/2013.

LIMA, Jacob Carlos. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 56, p.46-62, out. 2004.

LIMA, T. M. A. **Economia solidária e o desenvolvimento sustentável:** possibilidades e desafios Tecnologia e Sustentabilidade. Disponível em: <<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-06.pdf>>. Acesso em: 03/09/2013.

MANCE, E. A. **Redes de Colaboração Solidária.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

MELO, J. J. de. **Banco Palmas:** uma prática de socioeconomia solidária. Quito: Banco Palmas, 2003b. (Caderno de Trabalho, n. 116). Disponível em:

<http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/melo_Palmas.pdf>.

Acesso em: 02/09/2013.

_____. O Banco de Palmas. In: MIYARES, A. *et al.* **Economia solidária: desafios para um novo tempo.** Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2003a. 131 p. (Cadernos FLEM, 5).

_____.; MAGALHÃES, S. (Org.). **Bairros pobres: ricas soluções: Banco Palmas: ponto a ponto.** Fortaleza: Lamparina, 2003.

NAKANO, M. (2000), «Anteag, autogestão como marca», in Singer e Souza (org.), *Economia solidária no Brasil.* S. Paulo: Editora Contexto, 65-80.

NICOLADELI, S. L.; SILVA, SCHLICHTA, S. da; VILELA, E. S.; GOGOLA, A. **In: Programa Paranaense de Economia Solidária – P.P. Economia Solidária.** Curitiba: SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, 2004, p. 7 – 49.

RAMOS, A. G. **A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RECID. **Experiência cearense serve como modelo.** Disponível em: <http://www.recid.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=456&Itemid=2>. Acesso em: 25/10/2013.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: Educação comunitária e economia popular / Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez (Orgs.) – 3ª ed. – São Paulo: Cortez. Coleções Questões na Nossa Época; v. 25, 2001.

RODRIGUES, F. **Conjunto Palmeira: palco de práticas e acordos solidários.** Disponível em: <<http://www.ifil.org/rcs/biblioteca/rodrigues.htm>> Acesso em: 02/09/2013.

SANTOS, B. de S (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio-ambiente.** São Paulo: Nobel/Fundap, 1993.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo, 1ª Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org).

Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. (2003). **Desenvolvendo confiança e solidariedade: as instituições necessárias. Versão preliminar para Ciclo de Seminários: Brasil em Desenvolvimento.** Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/desenvolvimento>. Acessado em: 22/10/2013.

_____. É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? Brasília, 2004.

Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog_desenvolvimento_comunidadespobre.pdf>. Acesso em: 20/10/2013.

SOUSA, T. T. De. A Economia Solidária como meio para o Desenvolvimento Sustentável
- caso do banco Palmas. Disponível em:

<http://base.socioeco.org/docs/a_economia_solid_ria_como_meio_para_o_desenvolvimento_sustent_vel- caso_do_banco_Palmas-1.pdf>. Acesso em: 15/09/2013.